

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

DIREITO

EMPODERAMENTO LOCAL E ORDENAÇÃO TERRITORIAL POLÍTICAS URBANAS, DEMOCRACIA E DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

¹Eduardo Garcia Ribeiro Lopes Domingues (orientador); ¹Jair Rodrigues Santos Júnior (IC-CNPq); ¹Maria Eugênia Araújo (IC-CNPq); ¹Caryne Abbade Capitanio (IC-CNPq).

1- Escola de Ciências Jurídicas; Centro de Ciências Jurídicas e Políticas; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Apoio Financeiro: CNPq.

Palavras-chave: Empoderamento local; Democracia; Direitos Fundamentais.

INTRODUÇÃO

O tema estudado versou sobre uma análise histórica e teórica da democracia e dos direitos fundamentais aplicados no atual cenário do Rio de Janeiro. A partir do levantamento de dados, foi possível estudar grandes questões: i) a democracia participativa; ii) a cidade; iii) a política urbana; e iv) o controle do valor da terra urbana.

OBJETIVO

O projeto teve por objetivo pesquisar as fontes históricas da democracia e dos direitos fundamentais, e observar como tais institutos têm sido aplicados na realidade que se encontra, hoje, a cidade do Rio de Janeiro, concluindo, ao final, quais são as consequências de sua aplicação e – mais ainda – de sua não aplicação, para a sociedade.

METODOLOGIA

Repita-se que, tendo em vista a necessidade de se estudar, detalhadamente, a relação existente entre as comunidades e as políticas públicas adotadas no Rio de Janeiro no atual cenário de realização de megaeventos, a presente pesquisa buscou estudar, de forma teórica e prática, como as políticas urbanas adotadas influenciam no empoderamento local, no aperfeiçoamento da democracia e na defesa dos direitos fundamentais.

RESULTADOS

No que tange aos resultados da pesquisa, foi feito um levantamento histórico e doutrinário sobre as questões relativas às políticas urbanas, à democracia e à defesa dos direitos fundamentais. Para tanto, foram selecionados artigos científicos, de revistas e jornais, bem como livros e resenhas sobre a questão levantada.

CONCLUSÃO

No Rio de Janeiro, para tirar o projeto Porto Maravilha do papel, vários imóveis foram desapropriados. Além disso, projetos para a Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, tem como um componente importante a remoção da população de baixa renda das áreas valorizadas e das áreas que estão sendo contempladas com investimentos públicos. Segundo dados levantados na pesquisa, cerca de três mil famílias situadas na cidade do Rio de Janeiro já foram removidas e outras oito mil estão ameaçadas. A justificativa, na maior parte das vezes, é a localização destas comunidades em áreas de interesse da prefeitura e do governo do estado para o projeto da Copa e das Olimpíadas e ao Porto Maravilha no centro da cidade, entre outras. Na maioria dos casos acerca das desapropriações ocorridas, estas remoções acontecem sem que os moradores tenham acesso às informações e sem que o projeto de urbanização para a área seja debatido com os moradores e a sociedade. As indenizações das habitações e dos estabelecimentos comerciais, oferecidas pela Prefeitura, são muito aquém do valor praticado pelo mercado, impossibilitando a transferência dos moradores para outras unidades habitacionais ou a aquisição de estabelecimentos comerciais no mesmo bairro. Como os projetos têm alto impacto econômico-social sobre milhares de famílias, os processos participativos da comunidade local deveriam ocorrer amparados por estudos de impacto ambiental e de vizinhança, a fim de contribuírem com alternativas à remoção e mitigação dos impactos, e com garantia do direito à moradia dessas famílias. Tal como estabelecido pelo Estatuto da Cidade, além da obrigatoriedade das audiências públicas e do Estudo de Impacto de Vizinhança, a comunidade tem o direito de participar das decisões referentes às intervenções do poder público no local. Quando os processos participativos não conseguem representar de forma legítima os amplos setores da população e vocalizar seus interesses reais o processo fica viciado por grupos de interesse ou ocorre perda de quórum. Conclui-se com base nos resultados apresentados que ocorre uma ausência ou precariedade de informação para as comunidades, acompanhada de certos procedimentos de pressão e coação, forçando os moradores a aceitarem as ofertas realizadas pela Prefeitura do Rio no que tange às remoções das comunidades. Também não há envolvimento destas comunidades na discussão dos projetos de reurbanização promovidos pela Prefeitura, bem como das possíveis alternativas para os casos onde são indicadas remoções. Assim, o espaço de participação do morador fica limitado a algumas decisões como equipamentos e demandas locais para atendê-los. Ainda sob o quesito participação, foi feito um levantamento de dados que mostrou que as instâncias participativas analisadas caracterizam-se como espaços onde demandas são feitas pelos participantes e não como espaços capazes de sustentar negociações, debates e deliberações voltadas para um processo de construção conjunta. Os espaços participativos não são utilizados para um processo de construção do projeto, onde a presença contínua garantiria uma maior percepção de envolvimento e de participação no projeto. Para garantir o equilíbrio entre o bem estar coletivo e os fins urbanísticos da desapropriação, deve-se levar em consideração que os direitos humanos são para todos e da mesma forma em que se deve garantir o direito humano à moradia deve-se respeitar o direito humano à propriedade. Mesmo que as desapropriações comuns não objetivem a mesma finalidade da desapropriação para fins urbanísticos, ambas visam condicionar o

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

uso da propriedade urbana ao bem estar coletivo, este diretamente relacionado à proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos e também à valorização do princípio da dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Pedro (org). A cidade de informalidade. Rio de Janeiro: Livraria Sette Letras, Faperj, 2003.
- ARENDT, Hannah. A condição humana. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos e MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único. Desmanchando Consensos. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000
- BARRETO, Vicente. O conceito moderno de cidadania. Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro, nº 192. p. 29-37.
- BLOCH, Renata Arruda. A democratização da gestão pública: as relações entre gestor, inovação e porte demográfico do município. Estudos Jurídicos, Rio Grande do Sul, v. 34, n 87, p. 146-165, jan/fev 2000.
- BORJA, Jordi. e CASTELLS, Manuel. As cidades como atores políticos. In: Novos Estudos Cebrap. São Paulo, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- CARVALHO FILHO. José dos Santos. Comentários ao Estatuto da Cidade. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2009.
- CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- COUTINHO, Ronaldo e ROCCO, Rogério (org). O Direito Ambiental das Cidades. Rio de Janeiro: D.P. & A Editora, 2004.
- DALLARI, Adilson Abreu (org). Estatuto da Cidade. São Paulo: Malheiros, 2002.
- _____. Instrumentos da Política Urbana. In: DALLARI, Adilson Abreu; FERRAZ, Sérgio (coord.). Estatuto da Cidade: comentários à Lei Federal 10.257/2001. São Paulo: Malheiros, 2002.
- DAMATTA, Roberto. A casa e a rua. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.
- DOMINGUES, Eduardo Garcia Ribeiro Lopes. Modernidade e exclusão social, do Estado positivista à gestão democrática da cidade. Dissertação de Mestrado. Direito da Cidade, UERJ, 2003.
- _____. Municipalismo e Política Urbana: a influência da União na Política Urbana municipal. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2012.
- FERNANDES, Edésio (org.). Direito Urbanístico. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.
- _____. e VALENÇA, Márcio Moraes (org). Brasil Urbano. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. A participação popular e a consensualidade na administração pública. In: RTDP, nº35. São Paulo; Malheiros Editores, 2001.
- HALL, Peter. Cidades do Amanhã. São Paulo: Perspectiva, 2005. p.407-428.
- JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes: 2003.
- LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Democracia e federalismo – uma intrincada relação. Revista de Informação Legislativa, ano 44, nº 175. Brasília: Secretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, julho/setembro de 2007, p. 299 – 308.
- METRODATA, Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (IPPUR/UFRJ-FASE). Informações básicas das regiões metropolitanas brasileiras. Disponível em <<http://www.ippur.ufrj.br/observatorio>>.
- PEQUENO, João. Casas que não saem do papel. 5 de outubro de 2009, p. A12, Rio de Janeiro.
- ROLNIK, Raquel. Cidades: o Brasil e o Habitat II, In: Revista Teoria e Debate / nº 32 - julho/agosto/setembro de 1996, 30/09/1996, Fundação Perseu Abramo: Disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2234>. Acessado em 02/10/2009.
- SANTOS, Ângela Molin S. Penalva. Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, FGV, 2003.
- _____. Município, descentralização e território. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- SASSEN, Saskia. As cidades e a economia mundial. São Paulo: Nobel, 1998.